

A (IN)SUBORDINAÇÃO DA ORAÇÃO SUBJETIVA: ENTRE A ORIGINALIDADE E A CÓPIA IDEOLÓGICA

THE (IN)SUBORDINATION OF THE SUBJECTIVE CLAUSE: BETWEEN THE ORIGINALITY AND THE IDEOLOGICAL COPY

Magali de Albuquerque Kruger Petrak¹

Ronei Guaresi²

Resumo

Dequi propõe a utilização de sintagmas para a identificação de determinante e determinado entre os elementos constitutivos de um enunciado. A partir dessa identificação é possível analisar a questão da subordinação. A análise sobre a determinância permite a defesa da tese da não subordinação da oração subjetiva, proposição que vai de encontro à gramática tradicional e aos manuais escolares. Na análise pelos sintagmas observa-se que recaem para o sujeito todas as informações contidas no enunciado. Esse raciocínio, desenvolvido por Dequi (2006 [1976]), permite a afirmação de que o sujeito, lógica e sintaticamente, é termo soberano e nunca será determinante. Ao considerar a subordinação, outro elemento usado geralmente equivocadamente é a conjunção dita subordinativa integrante: o QUE. Segundo Dequi esse QUE apenas marca a forma desenvolvida do determinado e do determinante. Quem subordina, segundo o autor, não é a conjunção, mas a função sintática da palavra ou da oração. Se o elemento subordinativo fosse a conjunção, não haveria orações reduzidas subordinadas, não haveria palavras subordinadas, nos mostra o autor. Por fim, em comparação cronológica e de conteúdo sobre o aspecto acima, confrontamos as proposições de Dequi com o artigo *A oração invisível* de Bernardes (2009). O resultado da análise sugere haver cópia ideológica das proposições do CES, haja vista os inúmeros aspectos semelhantes.

Palavras-chave: Sintagma. Determinante. Determinado. Subordinação. Conjunção.

Abstract

*Dequi proposes the using of syntagms to the identification of determinant and determined between the constitutive elements of an enunciation. From this identification on, it is possible to analyse the subordination issue. The analysis about the relevant determining allows the thesis defense of non-subordination of the subjective clause, proposition that comes upon the traditional grammar and the school manuals. In the analysis made by the syntagms, it is observed that all the information in the enunciation are associated to the subject. This reasoning, developed by Dequi (2006 [1976]), permits the statement that the subject, logically and sintatically, is a sovereign term which will never be determinant. Considering the subordination, another element generally misused is the integral subordinate conjunction: THAT. According to Dequi this THAT only marks the developed form of the determined and determinant. This one which subordinates, according to the author, it is not the conjunction, but the syntactic function of the word or clause. If the subordinate element was the conjunction, there wouldn't be reduced subordinate clauses, there wouldn't be subordinate words, that is what the author shows us. At last, in chronological and content comparison about the aspect mentioned above, we confronted the propositions of Dequi with the article *The Invisible Clause* by Bernardes (2009). The results from the analysis suggest there is a ideological copy of the propositions from CES, considering the countless similar aspects*

¹ Licenciada em Letras pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Pós-graduada em Neopedagogia da Gramática pela Faculdade de Tecnologia IPUC – FATIPUC. Professora no Ensino Fundamental no Instituto Pró-Universidade Canoense – IPUC –, de Canoas/RS. E-mail: <magali_petrak@ibest.com.br>.

² Licenciado em Letras pela Universidade do Contestado. Mestre em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutor em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. E-mail: <roneiguaresi@yahoo.com.br>.

Keywords: *Sintagram. Determinant. Determined. Subordination. Conjunction.*

O Centro de Estudos Sintagramaticais – doravante CES, coordenado pelo Prof. Francisco Dequi, ocupou-se nas últimas décadas com o concebimento de uma gramática da Língua Portuguesa que, por seus critérios de organização, pode ser considerada uma alternativa à gramática tradicional. Atualmente, essa proposta do CES é conhecida como Neopedagogia da Gramática e está amplamente difundida através das publicações: *Sintagramática* (2008), *Carta Magna da Língua Portuguesa* (2006 [1976]³), *Redação por Recomposição* (2002) e *Interpretação Objetiva* (2006).

Entre os princípios que subjazem a Neopedagogia da Gramática cabe destaque à utilização, no plano sintático, do binômio determinante e determinado para explicar subordinação e a insubordinação. A análise da sintaxe interoracional sob a perspectiva do binômio determinante e determinado mostra que a oração subjetiva não pode ser subordinada como historicamente classifica a gramática tradicional. A originalidade da descoberta desse fenômeno pode ser atribuída ao CES na pessoa do pesquisador Prof. Francisco Dequi, mentor do Movimento Neodidático da Língua Portuguesa.

A primeira publicação que trata desse fenômeno é a *Carta Magna da Língua Portuguesa* do ano de 1976, reeditada em 2006. Essa nova visão desse fenômeno linguístico tem sido assumida por outros estudiosos, entre eles o Prof. Pedro Junqueira Bernardes. Esse fato é claramente observável no artigo intitulado *A oração invisível* (2009), publicado na revista *Língua Portuguesa*. É curioso, entretanto, que, por mais que fiquem evidentes no referido artigo os diversos conceitos concebidos pelo CES, não há referências das obras deste centro de pesquisa, tampouco de seu mentor Prof. Francisco Dequi, o que configura, em última instância, o que poderíamos chamar de cópia ideológica dada análise cronológica das publicações.

Para discorrer sobre o cenário descrito acima, realiza-se um rápido histórico do projeto do CES e uma busca de textos de autoria do professor Francisco Dequi sobre a identificação de determinantes e determinados e as teses da Neopedagogia da Gramática, amplamente divulgados nas referidas publicações acima e em

³ A referência de 2006 é reedição de publicação original de 1976.

seminários, congressos e cursos levados a efeito pelo Centro de Estudos Sintagmaticais em todo o país.

Após a defesa da tese da não subordinação da oração subjetiva decorrente da análise sob a perspectiva do binômio determinante e determinado, realizar-se-á confronto tanto cronológico quanto de conteúdo entre a publicação *A oração invisível* e as teses da Neopedagogia da Gramática.

1 Histórico do movimento neodidático da língua portuguesa

Após o lançamento da SINTAGRAMÁTICA – Identificação de determinantes e determinados, o Movimento Neodidático da Língua Portuguesa do Centro de Estudos Sintagmaticais – CES, em congresso nacional, em 1976, publicou a Carta Magna da Língua Portuguesa, que visava à “Busca de uma gramática moderna, objetiva e útil”. Na época, esse grito inicial do movimento repercutiu muito na imprensa nacional, gerando debates acalorados.

Durante 25 anos, sucederam-se numerosos seminários de âmbito nacional com publicações e reedições de obras didáticas de autoria do professor Francisco Dequi, dentro da linha proposta pela Carta Magna. Em 2006, a Associação Bião, sediada em Paris, que ministra aulas de Português para estrangeiros na França, convidou prof. Dequi para, em palestra, expor como se explicam 99,8 % dos acentos gráficos oficiais por meio de única regra. O professor Francisco Dequi aceitou o convite e ajustou o lançamento, na *Expolangue*, evento tradicional em Paris, de mais uma obra: *Neopedagogia da Gramática – 18 Teses Surpreendentes*.

A Acentuação Objetiva, a Sintagmática, o Verbo Diagramado, a Fono-ortomorfo e a Redação por Recomposição foram tomando corpo ao longo desses anos e constituíram matéria para numerosos Seminários Neodidáticos da Língua Portuguesa que foram acontecendo em todo o país, provocando proveitosos debates e motivaram professores e acadêmicos de letras a aprofundar os conhecimentos sobre essas novas técnicas de levar ao domínio gramatical. Assim, a obra de 2006 que focalizou as 18 teses da Neopedagogia da Gramática provocou grande curiosidade e procura. Hoje a Faculdade de Tecnologia do Instituto Pró-Universidade Canoense - FATIPUC oferece um curso de Licenciatura em Letras que

dá ênfase à neodidática da Língua Portuguesa e mantém em pleno funcionamento o curso de Pós-Graduação em Neopedagogia da Gramática (*lato sensu*).

O autor das teorias do Centro de Estudos Sintagmáticos, desde 1976, registrou todas as suas obras nos órgãos competentes e deu total publicidade. Há 35 anos, vem organizando fóruns, seminários e congressos em âmbito estadual e nacional, o que inviabiliza um pesquisador alegar desconhecer a existência das teses da Neopedagogia da Gramática, das técnicas da Sintagmática e do próprio “grito inicial” da Carta Magna da Língua Portuguesa. Nos últimos anos a disponibilização virtual por meio do blog *portuguespelaneopedagogia.blogspot.com* tem propiciado grande publicidade às pesquisas do CES.

O CES, órgão de pesquisas do IPUC (hoje FATIPUC), publicou três edições de revista cujo título consta como *REVOLUÇÃO NO ENSINO*. A tiragem dessa publicação em todo o país ultrapassa o número de 70.000. Na sua capa, tem ênfase a tese básica: *No plano linguístico, FALAR ou ESCREVER é determinar NOMES ou VERBOS com termos em forma de palavra, grupo nominal, oração reduzida, ou oração desenvolvida*.

Na página 8 dessa revista, vemos destacado o título LEMA DA NEOPEDAGOGIA: “LEVAR A PERCEBER”. Os itens 9 e 10 tratam de elementos desenvolvidos neste trabalho: do verbo principal e da oração subjetiva. Item 9: (...) *leva a perceber que não existe oração principal, mas, verbo principal*. Item 10: (...) *leva a perceber que a oração subjetiva jamais é subordinada*.

A distribuição dessa revista, por longos anos, foi realizada em todo o país de diversas formas: pelo correio, em seminários organizados pelo CES ou por outras instituições, bem como em visitas aos cursos de letras. Por meio da Internet foi dada total publicidade às 18 teses da Neopedagogia da Gramática.

2 O binômio determinante e determinado e a insubordinação da oração subjetiva

Durante séculos, a gramática tradicional vigorou impondo seus ditames, e famosos autores escreveram e reproduziram gramáticas-padrão e nenhum percebeu e afirmou claramente que a oração classificada pela gramática tradicional como *subordinada subjetiva* não é subordinada. Com a criação dos sintagmas da

Neopedagogia e com a utilização intensa do binômio determinante e determinado e do lema “levar a perceber” adotados pelo Movimento Neodidático da Língua Portuguesa, principalmente na Tese 09 da Neopedagogia da Gramática, a matéria parece ter ficado mais clara.

Destaque-se que o binômio determinante / determinando foi vastamente utilizado pelos pesquisadores do CES e, com vasta abrangência. Nenhum autor o fez com tanta clareza antes das publicações do pesquisador neopedagógico.

A abundante utilização do binômio determinante e determinado constitui ferramenta criada pelo o autor das obras dos CES – IPUC. É verdade que essa nomenclatura bifacial já existia desde Saussure, mas de forma rara, bem restrita. Sua utilização em todo o reino da gramática, somente ocorreu com os lançamentos das referidas obras do CES.

A constatação da não subordinação da oração subjetiva é clara e objetivamente demonstrada pelas setas-sintagramas criadas pelo professor Dequi. Nessa análise, a seta essencial sempre incide sobre o ocupante número um da fórmula da oração que é o tradicional sujeito, sob uma das quatro formas: palavra, grupo nominal, oração reduzida ou oração desenvolvida. Qualquer seta da Sintagramática sempre nasce do termo determinante que sempre é subordinado e incide sobre o determinado que é o subordinante. E, quando o elemento subjetivo está em jogo, a seta essencial, que nasce do verbo, sempre apontará para a posição 1, revelando que o sujeito é o “determinado e subordinante, o que se comprova também pela concordância verbal. Vejam-se alguns exemplos com sintagramas:

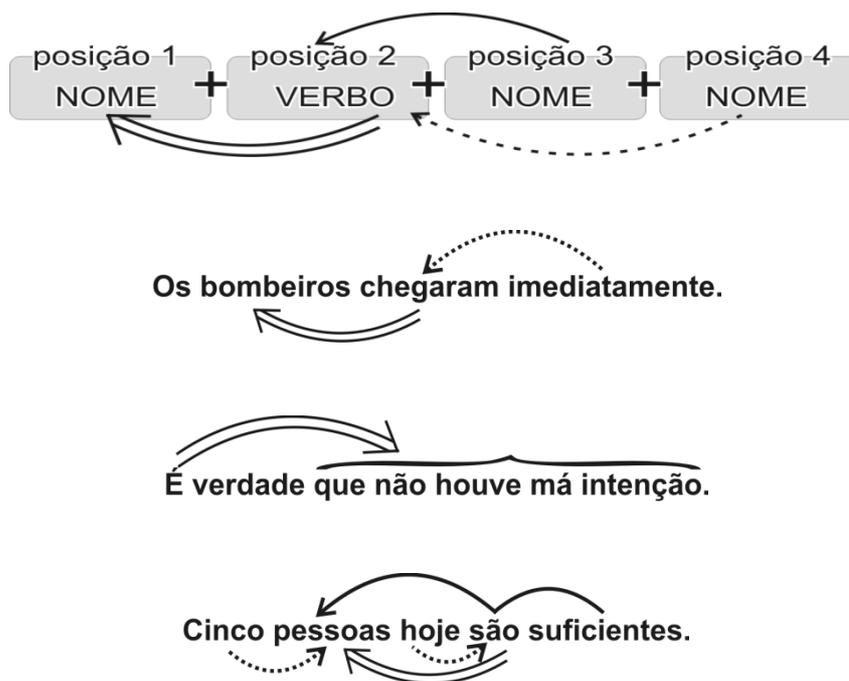

Consta que tu estás rico.


É importante que economizemos o nosso dinheiro.


Seria melhor que Mara indicasse as testemunhas.

O pesquisador do CES utiliza o binômio determinante e determinado elucidando-o com os sintagramas – instrumentos pedagógicos criados pelo Centro

de Estudos Sintagmáticos. Os sintagmas e a fórmula da oração realmente elucidam e mostram com clareza os fatos sintáticos. Na ponta de qualquer seta sempre estará o determinado, e, na extremidade cega, estará o determinante que pode ser qualquer termo, exceto o nome um, o sujeito. Observem-se o gráfico da fórmula da oração e os textos exemplificadores:



Com a utilização dos sintagmas é possível discorrer sobre a noção de determinante e determinado e, conseqüentemente, discutir a subordinação. O item 25 da Carta Magna da Língua Portuguesa (2006 [1976]) defende a terminantemente a tese da não subordinação da oração subjetiva:

Com exceção da oração subjetiva, a proposição subordinada sempre é determinante de uma palavra da oração principal e não de toda a sentença. A oração subjetiva jamais será subordinada, pois nunca será determinante. Já se disse que falar ou escrever é fazer sintaxe, é determinar NOMES e VERBOS. Ficou evidenciado também que os determinantes podem assumir uma destas quatro formas: palavra, sintagma, oração reduzida ou oração desenvolvida.

É tradicional ensinar que "tal oração subordinada complementa ou indica circunstância desta oração principal". Alertamos que grassa, em semelhantes explicações, flagrante imprecisão. A oração subordinada nunca determina a ORAÇÃO principal, mas a uma PALAVRA da oração principal. A proposição dependente é parte da principal, é um termo desta. As gramáticas tradicionais reconhecem tal verdade, pois classificam a oração subordinada como ADVERBIAL, ADJETIVA ou SUBSTANTIVA.

É possível, na análise através dos sintagmas, observar a noção de determinante e determinado, elementos essenciais na análise da subordinação. Dequi (2006 [1976]) mostra essa questão:

Dada a sua precisão e clareza, os sintagmas não falham ao indicar o determinado em forma vocabular. Sempre incidem sobre uma palavra – normalmente, nome ou verbo.

- a) Ele sempre nos ensinou que esta concordância é correta.
- b) A notícia de que tu tinhas chegado alegrou a todos.
- c) Mostrou a ferida a fim de que o capitão se convencesse da dor.
- d) O perfume estrangeiro que ontem te dei não é o melhor.
-

A análise sob a perspectiva de Dequi (2006 [1976]) sugere, considerando as orações acima, que a determinância não ocorre necessariamente sobre a oração como um todo, mas sobre uma palavra. O autor trata assim dessa questão:

As setas e, conseqüentemente, a determinância incidem sobre uma palavra e não sobre toda a oração principal. Assim, a seta integrante, apontando o verbo, revela oração completivo-verbal (a); se esse sintagma rumar para um nome, anunciará oração completivo-nominal (b). Em ambos os casos (a, b), a oração determinante atende a regência da palavra apontada. A seta acessória (a pontilhada) endereçada sobre um verbo comunica que a oração determinante é adverbial, circunstancial (c); porém, se o mesmo sintagma for acessório e apontar para um nome, informará que o determinante oracional é um adnome, ali, em forma de oração desenvolvida (adjetiva) introduzida por pronome relativo.

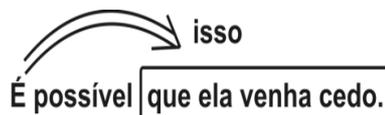
Todas as informações de uma oração recaem de alguma forma para o sujeito. É possível observar que a oração subjetiva funciona sintaticamente como sujeito e, igualmente, é repositório de todas as informações. Diante disso, um questionamento se impõe: como aceitar a subordinação da oração subjetiva? Dequi (2006 [1976]) considera:

A oração subjetiva jamais é subordinada como se ensina atualmente. O sujeito, lógica e sintaticamente, é termo soberano e nunca será determinante. Ora, dizer subordinado é afirmar que é determinante. Em se tratando de sujeito, sustentar tal subserviência subjetiva é formalizar um absurdo. A oração subjetiva é titular da posição 1 nos textos. Esse termo é o ponto de partida e a ninguém se subordina.

E a conjunção subordinativa? Já foi visto que a conjunção dita subordinativa integrante apenas marca a forma do determinado e do determinante. “Quem

subordina não é a conjunção, mas a função sintática da palavra ou da oração. Se o elemento subordinativo fosse a conjunção, não haveria orações reduzidas subordinadas, não haveria palavras subordinadas, determinantes...

Portanto, extirpe-se a classificação “subordinada” da oração subjetiva. Diga-se simplesmente “oração subjetiva”. Perceba-se que a seta essencial incide sobre a oração ocupante da posição 1 (que equivale a “isso”) e não parte dela.



Convém lembrar e repetir que, na ponta de qualquer seta-sintagma, sempre estará o subordinante, isto é, o determinado. E, na outra extremidade, estará o subordinado, ou seja, o determinante.

A argumentação acima põe em xeque a classificação da oração subjetiva pela gramática tradicional como *oração subordinada subjetiva*. Essa questão está posta de forma incoerente em gramáticas e em manuais escolares. Dequi (2006 [1976]) faz referência à implicação desse equívoco ao ensino:

FALHAS DIDÁTICAS TRADICIONAIS – Falta de demonstração de que as orações adverbiais, substantivas e adjetivas são determinantes de palavras e não do todo oracional. Ausência de lógica sintática nas lições gramaticais, redundando no ensino absurdo de que a oração subjetiva é subordinada e, conseqüentemente, determinante. Fragmentação da docência sintática pela qual não se chega a mostrar que a oração subordinada desempenha a função de uma palavra, isto é, não se ensinam as quatro formas de determinantes.

3 O QUE e a subordinação

O pesquisador do CES levantou a tese de que a conjunção integrante QUE dita *subordinativa* não subordinada nada. Na realidade, quem subordina é a posição nominal que ela assume dentro da fórmula da oração. Se assumir a posição 1 (um), não será subordinada, mas subordinante. Assim, esse QUE será apenas indicativo da forma do determinado ou do determinante. Esta tese foi também copiada e adaptada pelo tratadista mineiro. Para constatar tal adesão, basta verificar os conteúdos da Neopedagogia da Gramática ou da Carta Magna que aqui já transcrevemos:

(...) a conjunção dita subordinativa integrante apenas marca a forma desenvolvida do determinado e do determinante. Quem subordina não é a

conjunção, mas a função sintática da palavra ou da oração. Se o elemento subordinativo fosse a conjunção, não haveria orações reduzidas subordinadas, não haveria palavras subordinadas, determinantes... (DEQUI, 1980, p.120)

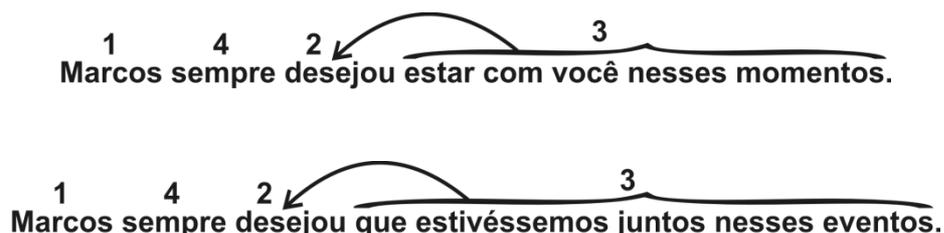
Ainda,

Poderia alguém indagar: Como não será “subordinada” uma oração que se introduz pela conjunção subordinativa QUE, dita conjunção integrante? A resposta nos leva a pensar claramente que alguém, um dia, inventou que esse conectivo é subordinativo, que é ele que tem força subordinativa, quando, na verdade, quem subordina é a posição subordinada que a oração ocupa dentro da fórmula. Não é a conjunção que subordina. Se subordinar coubesse à conjunção, quem é que estaria subordinando a oração reduzida claramente subordinada sem ter conjunção? Quem estaria subordinando a oração nominal (substantiva) objetiva direta reduzida, sem conjunção, como em “Todos imaginaram estarem eles bem de saúde?” A preposição, sim, tem força subordinativa. Tanto é verdade que é tese comprovada a sentença: “Onde houver uma preposição, ali começa um determinante, um termo subordinado”. (DEQUI, 2005, p. 221)

O professor Francisco Dequi, em toda sua neopedagogia não apenas sugere, mas utiliza a classificação sintática de *oração nominal* ao invés de oração substantiva. E mais, pela fórmula da oração normal, mostra que todo ocupante da posição 1 desse gabarito oracional será um nome ou um representante do nome. Entre os representantes do nome estão os pronomes e as orações nominais (substantivas).

Portanto, o posicionamento de que a dita conjunção integrante QUE não tem o condão de subordinar e sim de marcar a forma desenvolvida do determinante ou determinado é claramente enfatizado pela neopedagogia. As conjunções SE e QUE realmente são nominalizadoras, pois dão forma de oração desenvolvida aos determinantes e aos determinados, quando ponderados na quadrimorfia, e mais: fazem as suas orações ocuparem o lugar de um nome dentro da fórmula da oração.

Veja-se como a oração reduzida é subordinada sem ser introduzida pelo QUE dito subordinativo:



Portanto não é a conjunção QUE que subordina a oração, mas o papel sintático dela diante de um verbo. Sobre essa questão Dequi (1982) lembra que as orações reduzidas não são precedidas de conjunção e mesmo assim podem ser consideradas de subordinadas.

Ora, esse QUE não subordina nada. Apenas alerta-nos que a estrutura por ele introduzida tem forma de oração desenvolvida. Na oração SUBJETIVA, esse QUE é apenas identificador da forma oracional desenvolvida do sujeito. Ali é um introdutor (começador) do determinado essencial e absoluto.

Portanto, a oração subjetiva constitui consistente prova de que a CONJUNÇÃO NÃO É SUBORDINATIVA, é apenas prenúncio de forma desenvolvida do termo, que, quase sempre, é determinante.

Outra prova de que não é a conjunção que subordina, faz-se pelas orações reduzidas. Tradicionalmente são classificadas como subordinadas apesar de não possuírem conjunção. Vê-se por aí que quem subordina é o determinado, é a função ou a posição do termo ou oração-termo ante o determinado (p. 205 e 206).

4 Confronto cronológico e de conteúdo entre as publicações do CES e Bernardes (2009)

Fácil é a constatação da originalidade na abordagem de muitos elementos da gramática da variante culta da Língua Portuguesa pelo CES. O professor Dequi não veda a reprodução dessas novas técnicas de levar ao domínio gramatical, mas, como todo autor, espera honestidade dos pesquisadores que publicam trabalhos. Devem, esses estudiosos, citar, pelo mínimo, a fonte sem subterfúgios, mesmo quando dão nova redação a esses conteúdos. A paráfrase de qualquer produção alheia também é vista pela lei como apropriação ideológica passível de sanção aos violadores dos direitos autorais.

Vários teóricos que tratam da gramática culta de nossa língua usufruíram de conceitos desenvolvidos pelo CES. Alguns referenciam adequadamente enquanto outros negligenciam os verdadeiros autores dos conceitos. Entre esses últimos, chama a atenção o artigo *A oração invisível*, publicado pela revista Língua Portuguesa em 2009, páginas 48 a 51, pelo Prof. Pedro Junqueira Bernardes.

Já no cabeçalho de *A oração invisível* aparece o texto do jornalista da revista Língua Portuguesa: “Pesquisador defende que a oração subjetiva não é subordinada e mesmo gramáticos de ponta desprezariam uma importante distinção”. Observa-se

nessa afirmação de Bernardes em 2009, importante tese defendida por Dequi já em 1976, assunto amplamente discutido na seção anterior.

Sob a perspectiva cronológica, portanto, observa-se que a publicação de Bernardes é posterior às publicações de Dequi. O raciocínio seguido por Bernardes (2006) para a defesa da tese da não subordinação da oração subjetiva é praticamente o mesmo raciocínio seguido por Dequi (2006 [1976]). Transcrevemos a seguir fragmentos do artigo de Bernardes (2006):

A crítica, que fazemos é que o sujeito quer representado por oração (desenvolvida, reduzida), quer por substantivo ou pronome substantivo, não é elemento subordinado. Embora se trate de verdade axiomática ou princípio, ele se comprova com facilidade.

(...)

O pecado aqui é que essa “Principal” (a determinada), sem a subordinada (determinante), em muitos casos nem chega a constituir-se “oração”. O nó da questão é que a oração determinante é subordinada e o elemento determinado é subordinante.

(...)

Batidas as estacas, ou seja, que o elemento determinante é sempre subordinado, e subordinado ao determinante, sempre subordinante, fica mais fácil entender por que a oração subjetiva não é subordinada.

(...)

Propomos para a oração subordinada a denominação de oração determinante, pois é por ser determinante do sintagma que ela assume o caráter de oração subordinada, como o é qualquer função determinante, quer seja ou não oração.

Reconhecida a subordinada como oração determinante, fica fácil reconhecer que a substantiva subjetiva não é oração subordinada, pois não determina o predicado (o sujeito não determina o predicado), pelo contrário, ela (sujeito) é determinada pelo predicado.

(...)

Sendo determinada, é subordinante, resgatando-se a primazia do sujeito, que jazia uma posição ancilar (de subordinado), que nunca foi sua verdadeira função.

(...)

Podem argumentar que o QUE, conjunção subordinativa integrante, por ser subordinativa, torna o sujeito elemento subordinado.

Ora, o QUE nem é conjunção nem é subordinativa.

Sob a perspectiva comparativa entre Bernardes (2009) e Dequi (2006 [1976]) observa-se que ambos defendem a não subordinação da oração subjetiva e ambos utilizam o mesmo artifício para argumentar em prol da tese: a questão do binômio determinante e determinado. Embora já tenhamos explorado amplamente na seção anterior, é possível observar que Dequi (2006 [1976]) já havia tratado do assunto da mesma forma:

A oração subjetiva jamais é subordinada como se ensina atualmente. O sujeito, lógica e sintaticamente, é termo soberano e nunca será determinante. Ora, dizer subordinado é afirmar que é determinante. Em se tratando de sujeito, sustentar tal subserviência subjetiva é formalizar um

absurdo. A oração subjetiva é titular da posição 1 nos textos. Esse termo é o ponto de partida e a ninguém se subordina.

Além desse aspecto, ambos os autores tratam da mesma forma o QUE, que normalmente introduz a oração subjetiva, ou seja, ambos defendem que o QUE não subordina nada. Veja a afirmação de Bernardes (2009): “Ora, o QUE nem é conjunção nem é subordinativa”. Compare com o que afirma Dequi (1982):

Ora, esse QUE não subordina nada. Apenas alerta-nos que a estrutura por ele introduzida tem forma de oração desenvolvida. Na oração SUBJETIVA, esse QUE é apenas identificador da forma oracional desenvolvida do sujeito. Ali é um introdutor (começador) do determinado essencial e absoluto.

Bernardes (2009) cita respeitáveis autoridades gramaticais para respaldar a sua posição, entretanto, nas obras que cita, não aparece a sustentação que pretende dar. A devida sustentação está nas obras publicadas pelo CES na pessoa do Prof. Francisco Dequi, mentor do Movimento pela Neopedagogia da Gramática, sustentação infelizmente não referenciada.

Claro deve estar por fim, que analisamos aqui apenas a tese básica defendida por ambos os autores. A semelhança, ainda, recai em muitos outros aspectos, a saber:

1. **Tese básica:** A oração subjetiva jamais é subordinada;
2. **Argumentação** utilizando o binômio determinante e determinado;
3. **Paralelo:** determinado é subordinante e o determinante é o subordinado;
4. **Verbo** é o determinante, e o **sujeito** é o determinado;
5. O **que** (“conjunção integrante”) não tem força subordinativa;
6. Não existe **oração principal**, mas **verbo principal**;
7. A dita **oração principal** é apenas fragmento de oração;
8. O **(sic)** confesso (pág. 49 da revista);
9. A **ideia** de ser o sujeito termo **absoluto / soberano**;
10. É o verbo que **concorda** com o sujeito e não o sujeito com o verbo;
11. Paralelo semântico das palavras **subserviência / ancilar**;
12. Uma oração será **nominal** não por causa do QUE, mas por ocupar a posição de um nome na fórmula da oração.

Essa síntese mostra os múltiplos pontos de contato de *A oração invisível* com as pesquisas do CES. A soma desses aspectos mostra indubitavelmente a consulta infelizmente não referenciada de Bernardes às teses de Dequi.

O texto do professor mineiro tem embutida a Tese 13 da Neopedagogia da Gramática: “Sob aspecto sintático, não existe oração principal, mas, verbo principal”. A abundante utilização do binômio determinante e determinado que Bernardes faz, constitui técnica sintagramatical básica que o professor Dequi, há décadas, adotou para explicar toda a nossa sintaxe, muito além do uso restrito que Saussure faz. A Sintagmática e a Neopedagogia, ao utilizar os sintagmas comprovou e elucidou, com segurança, a teoria do binômio determinante e determinado, fazendo paralelo com subordinado e subordinante.

Observe-se a expressão “posição ancilar” comparada com “tal subserviência subjetiva”, junto com a ideia básica ali sustentada. A Carta Magna da Língua Portuguesa traz de forma nítida essa relação de superioridade ou inferioridade entre orações ou termos de orações. A ideia aparece clara no artigo em confronto.

A Neopedagogia da Gramática, na sua Tese 13, é lapidar. Diz: “Sob aspecto sintático, não existe oração principal, mas verbo principal”. E segue-se uma explicação que não deixa qualquer dúvida sobre o que se sustenta. O texto da “Oração invisível” inspira-se nitidamente nas pesquisas do Centro de Estudos Sintagmaticais – órgão de pesquisas da FATIPUC.

O texto de Pedro Junqueira nega que a dita conjunção integrante QUE tenha força subordinativa, ideia claramente inspirada nas transcrições da Carta Magna da Língua Portuguesa e da Neopedagogia da Gramática. Leiam-se e comparem-se as publicações do prof. Dequi e perceba-se a cópia da ideia. Ninguém antes das obras do CES levantou tal questão dessa forma. Indubitavelmente a inspiração foi buscada nas pesquisas do Centro de Estudos Sintagmaticais.

Por razões de coerência, a neopedagogia do CES propõe, ao invés de substantivo, adoção da nomenclatura “nome” para a palavra que ocupa as posições 1,3, 4 e 5 da fórmula da oração. Tais palavras designam seres materiais ou imateriais. Etribado nessa fórmula da oração, o órgão de pesquisas do IPUC define o nome como sendo a palavra que ocupa ou pode ocupar as posições nominais das posições 1 ou 3 e o núcleo dos grupos nominais 4 ou 5. Mais contemplada, porém, entre os analistas, figura esta definição: “Nome é a palavra que ocupa ou pode ocupar a posição 1 da fórmula da oração, e tem ou pode ter determinantes concordantes”. As justificativas dessa proposta de substituição de substantivo por nome estão arroladas em capítulos especiais. Assim, quem nominaliza ou subordina uma oração não é o QUE, mas a função que essa palavra, esse grupo nominal, essa

oração nominal (reduzida ou desenvolvida), é a sua posição dentro da fórmula da oração.

Como se percebe, a definição sintagramatical do nome traz mais um argumento de que a posição 1 da fórmula impõe concordância. E concordar, em matéria de sintaxe, é subordinar-se a um nome, uma vez que o nome é o único regente de qualquer concordância. Assim o nome 1, ou seu representante, é subordinante e regente da concordância verbal. Isto constitui mais um argumento de que a oração subjetiva jamais será subordinada.

Conclusão

Dequi, nas várias publicações aqui citadas, propõe que se analisem elementos intraoracionais e interoracionais com a utilização de sintagras de tal forma que mostre claramente a relação de determinante e determinado entre seus elementos constitutivos. Segundo o autor, posição com a qual concordamos, com a utilização dos sintagras é possível discorrer sobre a noção de determinante e determinado e, conseqüentemente, discutir a subordinação. Os sintagras e a fórmula da oração realmente elucidam e mostram com clareza os fatos sintáticos. Na ponta de qualquer seta sempre estará o determinado, e, na extremidade cega, estará o determinante que pode ser qualquer termo, exceto o nome um, o sujeito.

Os determinantes podem assumir quatro diferentes formas: palavra, grupo nominal, oração reduzida ou oração desenvolvida. Da análise sobre a determinância decorre a defesa da tese da não subordinação da oração subjetiva, defesa que vai de encontro à proposição da gramática tradicional e, naturalmente, da maioria dos livros didáticos. Na análise pelos sintagras observa-se que recaem para o sujeito todas as informações contidas no enunciado. Em vista disso, somos levados a concordar com Dequi quando este afirma que “a oração subjetiva jamais é subordinada como se ensina atualmente. O sujeito, lógica e sintaticamente, é termo soberano e nunca será determinante”. Então, dizer subordinado é afirmar que é determinante. Ainda segundo Dequi, “em se tratando de sujeito, sustentar tal subserviência subjetiva é formalizar um absurdo”.

A argumentação acima põe em xeque e desmoraliza a classificação da oração subjetiva proposta pela gramática tradicional como *oração subordinada*

subjativa. Essa questão está posta de forma incoerente em gramáticas e em manuais escolares. Diante disso, infelizmente se impõem dois aspectos: a) a constatação de que aprendemos ao longo dos muitos anos escolares elemento gramatical que não corresponde à realidade e b) ainda hoje impera no seio escolar esse ensino sem que professores e gramáticos, mesmo renomados, estejam lúcidos desse fenômeno escancarado pelo CES.

A análise da subordinação faz com que se considere outro elemento usado geralmente equivocadamente: a conjunção dita subordinativa integrante, o QUE. Segundo Dequi esse QUE apenas marca a forma desenvolvida do determinado e do determinante. Quem subordina, segundo o autor, não é a conjunção, mas a função sintática da palavra ou da oração. Se o elemento subordinativo fosse a conjunção, não haveria orações reduzidas subordinadas, não haveria palavras subordinadas, nos mostra o autor.

Este artigo nos mostrou, ainda, que Bernardes (2009) compartilha com Dequi dessa posição sobre o QUE, da tese da não subordinação da oração subjativa e, ainda, de vários outros aspectos. Essa semelhança na abordagem de vários aspectos é possível ser vista no artigo *A oração invisível*, publicada em 2009, pela revista *Língua Portuguesa*. A semelhança na abordagem, contudo, é constrangedora na medida em que não referencia a fonte original dos conceitos e proposições tratados neste artigo. Dequi, diante da análise cronológica e de conteúdo aqui desenvolvidos, está no direito de reclamar autoria para impor respeito à produção intelectual. Acreditamos que a menção à fonte da produção intelectual, além de ser regida por lei, deve ser regida por critério ético.

Referências

BERNARDES, Pedro Junqueira. *A oração invisível*. *Revista Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Segmento, ano 4, nº 50, dez. 2009.

Dequi, Francisco. *Carta Magna da Língua Portuguesa*. 2. ed. Canoas: Centro de Estudos Sintagmáticos, 2006[1976], p. 48 - 51.

_____. *Sintagmática – Identificação de determinantes e determinados*. 5. ed. Canoas: Centro de Estudos Sintagmáticos, 2001

_____. *Sintagmática*. 6. ed. Canoas: Faculdade de Tecnologia IPUC, 2008.

_____. *Neopedagogia da Gramática – 18 Teses Surpreendentes*. Canoas: Faculdade de Tecnologia IPUC, 2005.

_____. *Bases Gramaticais Multilíngues – Português*. Canoas: Centro de Estudos Sintagmáticos, 2004.

_____. *Interpretação Objetiva*. Canoas: Centro de Estudos Gramaticais, 2006.

_____. *Redação por Recomposição*. 12. ed. Canoas: Centro de Estudos Sintagmáticos, 2002.